

Dez anos do Mercosul: a crise da integração e o desafio da ALCA

*Paulo G. F. Vizentini**

Ao completar 10 anos de existência, o Mercosul atravessa uma crise séria e deve enfrentar desafios, como as negociações para o estabelecimento da Área de Livre-Comércio das Américas (ALCA), lideradas pelos Estados Unidos. As opiniões dividem-se, e predomina o pessimismo em relação ao futuro. Nesse contexto, o presente artigo visa fazer um balanço da primeira década do Mercosul contribuindo para o debate ao destacar que o processo de integração do Cone Sul, ainda que dominado pelo discurso livre-cambista, possui outras dimensões além da estritamente comercial. Igualmente, procura ressaltar que a crise atual não é da integração enquanto tal, mas dos projetos neoliberais de inserção internacional, bem como do sistema mundial. Por outro lado, ainda que ocultando permanentemente seus aspectos político-estratégicos, o Mercosul e sua virtual expansão para o conjunto sul-americano representam um relativo desafio à projeção da economia norte-americana para a região. Finalmente, o estabelecimento de outros vínculos externos, especialmente com a União Européia, pode ser um instrumento para a superação de alguns dos atuais impasses. Mas a chave para a atual crise encontra-se na política interna dos estados-membros, particularmente na fragilizada Argentina.

O Mercosul representou o primeiro processo de integração sul-americano a obter resultados concretos e a abrir alternativas regionais para uma melhor inserção internacional dos países do Cone Sul nos quadros de uma ordem mundial emergente. A abordagem sobre o futuro do Mercosul, no contexto da primeira crise significativa desse processo de integração, levanta, por sua vez, inúmeras questões estratégicas. Trata-se do esgotamento dessa iniciativa ou, simplesmente, uma tempestade passageira? A solução seria um aprofundamento

* Membro da Comissão ALCA do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Professor Titular de História Contemporânea e Relações Internacionais e Diretor do Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados da UFRGS.

do processo, a criação de instituições supranacionais, a ampliação do número de membros ou, pelo contrário, um recuo em objetivos e prazos exagerados, buscando-se um enfoque mais realista? Seja qual for a solução da crise, dela depende o estabelecimento de um sistema de relações estruturadas entre os países sul-americanos. E, para abordar a questão do futuro do Mercosul, é necessário identificar seus elementos formadores, as tendências evolutivas e os desafios de âmbito internacional e doméstico na virada do século. Mas, sobretudo, é importante identificar qual dimensão do Mercosul foi atingida pela crise.

A dimensão histórica: o acercamento Brasil-Argentina

Historicamente, a matriz da integração regional sul-americana tem sido a cooperação entre os dois maiores países da região, o Brasil e a Argentina. O primeiro acercamento sistemático entre ambos os países, que se estendeu dos anos 50 até o final dos 70, no contexto sucessivo dos regimes populistas e dos regimes militares de Segurança Nacional antiesquerdista, se saldará por mais um fracasso. As estratégias da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) da ONU, 1948, bem como as primeiras tentativas de integração econômica efetiva nas Américas, como a Associação Latino-Americana de Livre-Comércio (ALALC), o Mercado Comum Centro-Americano (MCCA), a Área de Livre-Comércio do Caribe (CARIFTA, depois CARICOM) e o Pacto Andino, não conseguiram gerar soluções duradouras para os impasses do desenvolvimento.

As razões do relativo insucesso dessas experiências, à luz dos objetivos propostos, encontram-se vinculadas à estrutura das economias de substituição de importações, que eram pouco propícias à abertura de mercados, ao caráter que os EUA e as organizações financeiras sob sua influência tentaram imprimir a essas integrações e, finalmente, à implantação dos Regimes de Segurança Nacional. Alguns deles buscaram um relacionamento econômico mais íntimo com os Estados Unidos, enquanto outros, como o Brasil, aprofundaram a industrialização por substituição de importações. Além disso, as concepções geopolíticas que os orientavam conduziram ao acirramento das desconfianças mútuas e rivalidades.

No início dos anos 80, o acercamento Brasil-Argentina viria a ser a espinha dorsal da integração regional, coroada com a constituição do Mercosul em 1991. Ao contrário do que afirmam certos manuais sobre as relações internacionais latino-americanas, esse acercamento **não é resultado da democratização**, mas fruto de um processo anterior e bem mais complexo e profundo, do qual a redemocratização constitui apenas um dos aspectos.

No novo quadro internacional adverso que se criava, desde o choque petrolífero de 1973, mas particularmente com a reorganização do capitalismo internacional que se seguiu, o Governo Geisel começou a revalorizar a América Latina como espaço para a política externa brasileira. Não bastava tentar ampliar a influência sobre os pequenos países vizinhos, como vinha fazendo o Governo Médici, era necessário melhorar as relações com a Argentina. O Governo Geisel tratou de negociar com Buenos Aires o contencioso da barragem hidrelétrica de Itaipu, especialmente após o início do **Processo** na Argentina em 1976. A iniciativa neste e em outros campos da relação bilateral foi continuada e aprofundada durante o Governo Figueiredo (1979-85). Por essa razão, quando ocorreu a Guerra das Malvinas em 1982, em pleno quadro da crise da dívida externa que se abatia sobre a América Latina e da Nova Guerra Fria do Governo Reagan, pode-se considerar que houve não um simples apoio brasileiro à Argentina durante o conflito, mas que amadureceu um processo de crescente **convergência** entre os dois países, e mesmo de uma **aliança**.

Desde que o Governo Geisel, longe de aceitar o impacto negativo que o reordenamento político-econômico mundial impunha sobre o desenvolvimento brasileiro, optara por aprofundar ainda mais a industrialização por substituição de importações e imprimir um rumo ainda mais autônomo à política externa, as pressões internacionais pela redemocratização do país intensificaram-se. A política externa e o projeto de desenvolvimento eram os alvos centrais das novas pressões internacionais. A Argentina viveu algo semelhante durante a Guerra das Malvinas, quando as potências ocidentais, os EUA em particular, deixaram claro que não necessitavam mais de seu regime militar no novo contexto mundial e regional. A nova agenda internacional enfatizava agora a abertura dos mercados internos dos países periféricos e a redemocratização.

O retorno da democracia, com os Presidentes Raul Alfonsín e José Sarney, deu-se, portanto, numa conjuntura adversa do ponto de vista econômico e diplomático. A crise da dívida tornou os países latino-americanos extremamente vulneráveis às pressões do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, num quadro de graves dificuldades econômicas, enquanto o conflito centro-americano permitia ao Governo Reagan trazer a Guerra Fria para o âmbito hemisférico, o que lhe possibilitou, também, utilizar instrumentos diplomáticos e militares para exercer uma pressão suplementar sobre a América Latina. Nesse contexto, os dois países aderem ao Grupo de Apoio à Contadora e iniciam um acercamento sistemático e institucionalizado.

Em 1985, através da Declaração de Iguazu, foi estabelecida uma comissão para estudar a integração entre os dois países e, em 1986, foi assinada a Ata para Integração e Cooperação Econômica, que previa a intensificação e a

diversificação das trocas comerciais. Fruto desse esforço, em 1988 foi firmado o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento Brasil-Argentina, que previa o estabelecimento de um Mercado Comum entre os dois países num prazo de 10 anos. O que estava por trás dessa cooperação, a par dos fatores já apontados, eram a marginalização crescente da América Latina no sistema mundial, a tentativa de formular respostas diplomáticas comuns aos desafios internacionais, a busca de complementaridade comercial, a criação de fluxos de desvio de comércio e um esforço conjunto no campo tecnológico e de projetos específicos. Ou seja, o Programa de Integração e Cooperação Econômica Brasil-Argentina (PICE), conforme Samuel Guimarães,

“(...) tinha como estratégia central a idéia de superar cautelosamente a histórica rivalidade econômica e política entre Brasil e Argentina através de um programa gradual e equilibrado de abertura comercial e de criação de mecanismos conjuntos de desenvolvimento industrial e tecnológico entre os dois países maiores da América do Sul” (Guimarães, 1999a, p.18).

O Mercosul como reação — adaptação — à globalização

O final da década de 80 assistiu ao fim da Guerra Fria com a **Perestroika** e, em seguida, com o colapso do Campo Soviético, o que propiciou a aceleração do processo de globalização, da Revolução Científico-Tecnológica, da competição econômico-tecnológica entre os países desenvolvidos e a formação de blocos econômicos. Com isso, a já difícil situação internacional da América Latina agrava-se dramaticamente. Devido a isto, a diplomacia brasileira buscou um novo modelo de inserção internacional. Durante o Governo Collor (1990-92), houve inicialmente uma convergência com as propostas norte-americanas para o estabelecimento de uma nova ordem mundial, que, no caso da América Latina, era expressa pelo Consenso de Washington. Como outras vezes na história diplomática do País, a análise feita pelo novo governo neoliberal brasileiro estava equivocada, ao acreditar que quanto mais fosse oferecido aos Estados Unidos, mais seria recebido em troca. Essa idéia estava baseada na velha concepção de uma aliança privilegiada com a Casa Branca e também em que os EUA haviam vencido a Guerra Fria e não na emergência de uma ordem mundial pós-hegemônica, como estava acontecendo.

Em 1990, o Presidente Bush lançou a Iniciativa para as Américas, aventando a criação de uma área de livre-comércio do Alaska à Terra do Fogo, que constituiu o ponto de partida para a ALCA. Tratava-se de uma estratégia destinada a reagir à construção da União Européia e à ascensão da Ásia Oriental, como forma de permitir a Washington reafirmar sua hegemonia mundial no pós-Guerra Fria. Para enfrentar esses desafios, os EUA precisavam articular um espaço econômico exclusivo e incrementar suas exportações, como um dos mecanismos necessários para reciclar sua base produtiva e tecnológica e gestar formas menos custosas de manter sua hegemonia mundial. Tal processo já se havia iniciado com a integração da América do Norte: em 1988, foram firmados acordos de cooperação entre os EUA e o Canadá, e, em 1990, iniciaram as discussões com o México.

Essas iniciativas culminariam em 1º de janeiro de 1994 com a implantação do Tratado de Livre-Comércio da América do Norte (NAFTA). A política americana foi definida por Alfredo Valladão como “A Estratégia da Lagosta”: o NAFTA constituiria a cabeça, o centro nevrálgico; a América Latina seria o rabo, a retaguarda e reserva de mercado e recursos; as garras projetam-se sobre o Pacífico e o Atlântico, apoiadas nas alianças militares na Ásia e na Europa. Sua presença estaria destinada a evitar a emergência de potências hegemônicas nessas regiões (como foi sugerido por Henry Kissinger), e seus golpes (intervenções) estariam voltados às áreas de instabilidade da linha que vai da Rússia ao leste da África, cortando o Oriente Médio.

A resposta brasileira a esses novos desafios e aos efeitos negativos decorrentes da inserção mundial de cunho neoliberal implantada pelo Governo Collor proveio da atuação compensadora do Itamaraty (o Ministério das Relações Exteriores brasileiro) e materializou-se com a aceleração e a ampliação da integração Brasil-Argentina. Em março de 1991, foi assinado o Tratado de Assunção, que criava o Mercado Comum do Sul (Mercosul), reunindo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. O Tratado iniciava a redução tarifária de todos os produtos e previa, para 31 de dezembro de 1994, o estabelecimento definitivo do Mercado Comum entre os quatro países, com a liberalização completa do comércio intra-regional e a adoção de uma Tarifa Externa Comum (TEC). Note-se que o prazo inicial previsto pelos acordos Sarney-Alfonsín fora reduzido quase pela metade.

A intenção da equipe da Ministra da Economia Zélia Cardoso de Mello era, nesse contexto, a de dar novo conteúdo à cooperação Brasil-Argentina, ao torná-la um instrumento para uma redução de tarifas ainda mais rápida, especialmente através da inclusão do Uruguai e do Paraguai. Dessa forma, uma integração de perfil desenvolvimentista foi transformada num instrumento de política econômica neoliberal.

Com o processo de *impeachment* do Presidente Collor, sua renúncia e o estabelecimento do Governo Itamar Franco (de 1992 a 1995), bem como pelos resultados predominantemente negativos e a frustração decorrente da aliança com Washington e da estratégia neoliberal de desregulamentação da economia, privatizações e abertura passiva (sem compensações) ao mercado internacional, era natural uma mudança de rumos mais acentuada na política externa. A nova diplomacia procurava manter os desacordos com os EUA num baixo perfil, confrontando apenas os problemas pontuais. Fernando Henrique Cardoso afirmou, em 1993, quando era Ministro das Relações Exteriores, que

“(...) é verdade que os EUA individualmente são nosso maior parceiro. Mas uma integração privilegiada com eles seria impossível, dado que o próprio dinamismo e a própria vitalidade das nossas importações para o mercado norte-americano, onde enfrentamos não raro muitas restrições. Os EUA não abrem seu mercado para o Brasil. Não é o Brasil que tem as chaves das portas para a América do Norte”.

Dimensões e mecanismos decisórios do Mercosul

O Mercosul possui uma população de 200 milhões de habitantes e uma superfície de quase 12 milhões de quilômetros quadrados. Seu PIB, ainda que quantitativamente modesto em comparação com o da União Européia (EU) e o do NAFTA, tem crescido num ritmo superior ao destes, adquirindo um peso significativo nas próximas décadas. A isto deve-se agregar o Chile e a Bolívia, que já se associaram ao Mercosul. Quanto a sua estrutura institucional definitiva, esta foi estabelecida pelo Protocolo de Ouro Preto em 17 de dezembro de 1994, o qual marcou o encerramento do período de transição. Os mecanismos decisórios que fazem parte dessa estrutura são aqui analisados em suas dimensões técnico-administrativas e político-diplomáticas. As características específicas de tais mecanismos distinguem-nos dos da UE, bem como dos do NAFTA, uma vez que atendem às peculiaridades políticas e históricas do processo de integração do Cone Sul.

O Mercosul, implantado através do Tratado de Assunção em março de 1991, foi dotado de **personalidade jurídica internacional** em dezembro de 1994, através do Protocolo de Ouro Preto; desde 1º de janeiro de 1995, o Mercosul constitui uma **União Aduaneira**, a única do mundo em desenvolvimento, como observaram Florêncio e Araújo (a liberalização comercial intrazona foi

complementada pelo estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum). Isto significa que seu órgão máximo, o Conselho do Mercado Comum, possui competência para assinar acordos com outros pólos de integração regional ou países, o que não quer dizer que se trate de uma instituição supranacional.

A maior parte das instituições decisórias vigentes durante o período transitório do Mercosul (1991-94) foram mantidas na estrutura definitiva. O órgão máximo é o **Conselho do Mercado Comum**, que é integrado pelos Ministros de Relações Exteriores e pelos Ministros da Economia ou Fazenda dos quatro países e que se reúne duas vezes por ano. Embora os Presidentes das Repúblicas integrantes do Mercosul sejam informalmente a instância suprema do processo decisório, as decisões são oficializadas pelo Conselho para evitar o desgaste político decorrente de certas deliberações. Estas, por sua vez, são tomadas através de um mecanismo de **consenso**. Ao Conselho cabe definir as linhas gerais do processo de integração em sentido mais amplo, bem como articular o esforço político necessário ao desenvolvimento do mesmo.

As instituições decisórias do Mercosul, algumas vezes, são consideradas como “inferiores” e “menos desenvolvidas” do que as da União Européia, o que, hipoteticamente, denotaria uma fragilidade intrínseca ao processo de integração dos países do Cone Sul. Trata-se de uma apreciação equivocada, como se procurará demonstrar, através de uma comparação contextualizada entre as instituições do Mercosul e da UE. Três questões são geralmente levantadas: a inexistência de um parlamento comunitário, de um Tribunal de Justiça e de órgãos de caráter supranacional.

Com relação ao primeiro ponto, os países integrantes do Mercosul não têm interesse nem poderiam criar um parlamento de tipo comunitário, como o europeu, pelo simples fato de que todo o poder decisório transcorre através de mecanismos intergovernamentais. Da mesma forma, um Tribunal de Justiça supranacional não se justifica, na medida em que as normas são adotadas consensualmente e transformadas em legislações nacionais, obrigatoriamente. Apenas Tribunais supranacionais *ad hoc* são instituídos para problemas muito específicos, pois o Mercosul também possui mecanismos de resolução de conflitos.

Quanto à questão da inexistência de instituições supranacionais, além do fato já mencionado de que o processo decisório é implementado por consenso, é preciso considerar que os países latino-americanos, e os do Mercosul em particular, possuem uma cultura política de forte tradição presidencialista. Assim, praticamente não existe separação entre as funções de Estado e de governo nos países sul-americanos. No plano diplomático, apesar do discurso integracionista existente desde as independências das nações latino-america-

nas, é preciso considerar a existência de uma certa tradição individualista. Instituições supranacionais no Mercosul seriam percebidas como uma renúncia de soberania, que os Estados-membros não estariam dispostos a permitir. Através da manutenção dos mecanismos intergovernamentais de decisão, o Brasil busca obter também um efeito multiplicador em sua atuação internacional. Além de atuarem como bloco regional, os países-membros continuam a falar com voz própria (dentro de uma política comum). No que diz respeito ao Uruguai, ao Paraguai e à Argentina, o maior peso relativo do Brasil faz com que se sintam mais seguros com a vigência de uma prática decisória intergovernamental.

Há também que considerar que não existe ainda uma **mentalidade comunitária**, que só lentamente se está formando. Somos apenas quatro países, por enquanto, e não dispomos, no momento, de funcionários com tal mentalidade (que esteja acima de suas preferências nacionais), uma vez que também o processo de integração é bastante recente. Finalmente, é preciso assinalar que a existência de órgãos decisórios intergovernamentais, em lugar de rígidas instituições supranacionais, tem propiciado um avanço rápido do processo de integração. Nesse sentido, os mecanismos mais flexíveis têm permitido um melhor aproveitamento de uma conjuntura favorável comum.

Contudo é preciso considerar que a inegável eficácia das instituições decisórias de caráter intergovernamental não teria sido atingida sem a adoção de mecanismos de consenso. Embora a decisão consensual implique inicialmente um maior esforço e signifique um maior gasto de tempo, ela possui vantagens importantes. Durante as negociações, todos os atores sentem-se mais seguros e quando, após grande esforço, chegam-se a um consenso, estão comprometidos com a implementação (não gerando minorias derrotadas ressentidas). Obviamente, uma estratégia consensual exige uma criatividade negociadora permanente, mas é isto justamente o que gera um **processo**, o que representa um exercício mais rico que a pura e simples votação ponderada. Dessa forma, o sistema de consenso revela-se um mecanismo agregador por excelência. Conforme dois diplomatas brasileiros, “o consenso produz tensão, que se traduz em energia” (Florêncio, Araújo, 1996, p.70).

A inexistência de instituições supranacionais, contudo, também apresenta certos inconvenientes. No contexto da tradição histórica autocentrada de cada país latino-americano, a ausência de organismos supranacionais pode tornar o conjunto mais vulnerável a pressões externas, o que está se tornando uma questão crucial. Isto, de certa forma, constitui um problema ainda sem alternativas, uma vez que tais instituições necessitam de tempo para serem geradas. O Mercosul não pode copiar o modelo europeu, pois as duas realidades são muito diferentes, mas, obviamente, deve contar com a experiência das institui-

ções da União Européia. Além disso, frente à ideologia neoliberal do “Estado mínimo”, que emana dos países anglo-saxões como modelo para o Sul, o Mercosul, como área em desenvolvimento, deve defender a existência de um Estado articulador e orientador do desenvolvimento econômico e da integração regional.

O Mercosul como base para a inserção internacional

Desde o início dos anos 90, a diplomacia brasileira teve que abandonar a retórica terceiro-mundista de solidariedade entre países em desenvolvimento, concentrando-se no questionamento pontual de regras internacionais, que considera injustas e obstaculizadoras do desenvolvimento dos países periféricos. Um grande número de questões relativas à matriz anterior de política externa foi retirado da agenda internacional, enquanto novas eram incluídas, como a questão dos direitos humanos, meio ambiente, programa nuclear, normas de propriedade intelectual e o fim da reserva de mercado para a indústria nacional de informática. A adoção de diferentes regimes internacionais, a busca da manutenção de relações satisfatórias com os Estados Unidos e a abertura do mercado interno brasileiro, bem como a recente implementação do Plano de Estabilização Monetária (Plano Real, de julho de 1994), procuraram estabelecer a confiança junto aos investidores internacionais e adaptaram o País às novas realidades. Apesar dessas medidas, que sinalizam em direção a uma aceitação das regras internacionais, o Brasil não abandonou suas parcerias diversificadas nem suas características de *global trader*.

Como foi possível conciliar essas duas dimensões? Como as condições de inserção internacional tornaram-se ainda mais adversas nos anos 80, a diplomacia brasileira não conseguiu mais manter suas relações com importantes regiões do mundo na mesma intensidade com que vinha fazendo. O protecionismo crescente e as novas realidades internacionais tornaram as relações com a Comunidade Européia e com o Japão mais difíceis, enquanto a crise do Campo Soviético e do Terceiro Mundo inviabilizaram, ao menos temporariamente, a manutenção de vínculos privilegiados com essas regiões. Da mesma forma, a ordem regional estabelecida no Oriente Médio, após a Segunda Guerra do Golfo, encerrou as possibilidades de relações estratégicas com essa área.

Assim, quanto mais se deterioravam as condições internacionais, mais a política externa brasileira tratou de criar uma nova realidade regional. Através da integração com os países vizinhos, além de benefícios econômicos mais imediatos, reforçar-se-ia a base regional como forma de incrementar a participação

do Brasil e de seus parceiros platinos no plano mundial. Nesse sentido, o Mercosul não constituía um fim em si mesmo, nem o aspecto comercial constituía o objetivo essencial, apesar do discurso oficial, mas fazia parte de um projeto mais abrangente. Quando os EUA anunciaram a criação do NAFTA, o Brasil reagiu, lançando, em 1993, a iniciativa da Área de Livre-Comércio Sul-Americana (ALCSA) e estabelecendo com os países sul-americanos e africanos a Zona de Paz e a Cooperação do Atlântico Sul (ZoPaCAS), numa estratégia de círculos concêntricos a partir do Mercosul.

A primeira estimulava as demais nações sul-americanas a se associarem ao Mercosul através da negociação de acordos de livre-comércio. Nesse contexto, a Venezuela, a Bolívia e o Chile já negociaram formas de cooperação com o Mercosul em 1995 e 1996. A criação de uma área de integração sul-americana, tendo o Mercosul como núcleo duro, ampliava a margem de manobra e a capacidade de resistência frente ao poder de atração que o NAFTA exerce sobre os países latino-americanos individualmente, como o caso do Chile, por exemplo. Além disso, a possibilidade de uma integração regional ampliada cria alternativas para que os países do subcontinente não fiquem tão expostos às pressões externas para adotar planos liberais ortodoxos de ajuste, que seriam necessários para manter relações privilegiadas com os países desenvolvidos ou para estar em condições de participar do próprio NAFTA, o que se converteu em autêntico “canto da sereia” para certas nações latino-americanas.

No segundo caso, a idéia era criar outro círculo concêntrico em volta do Atlântico Sul, através da cooperação do Mercosul com a África do Sul pós-Apartheid e com os países recentemente pacificados da África Austral. Esse novo espaço constituiria uma área de crescimento econômico, tirando proveito das complementaridades existentes e potenciais. Além disso, essa iniciativa amplia o quadro de cooperação Sul-Sul, além de abrir uma rota permanente para os oceanos Índico e Pacífico, propiciando ainda alianças estratégicas com potências médias e/ou mercados emergentes do Terceiro Mundo. Este último aspecto parece ser particularmente importante para a diplomacia brasileira.

Em dezembro de 1994, na reunião de cúpula de Miami, o Presidente Clinton retomou a proposta da criação de uma zona hemisférica de livre-comércio, que receberia a denominação de Área de Livre-Comércio das Américas. Na reunião, o Brasil defendeu a futura convergência e cooperação entre os diversos projetos de integração existentes, rechaçando a possibilidade de acordos bilaterais com os Estados Unidos. Além disso, o Itamaraty tratou de assegurar que mesmo esse acercamento não deveria implicar a exclusão de contatos e de acordos com outras áreas, como a União Européia. Nesse sentido, face ao avanço da estratégia norte-americana, o Mercosul iniciou negociações com a União Euro-

péia, que culminaram com a assinatura do primeiro acordo interblocos econômicos, o Acordo Marco Inter-Regional de Cooperação União Européia-Mercosul, assinado em Madri, em dezembro de 1995.

Como não poderia deixar de ser, os resultados bastante positivos no campo econômico para o Mercosul e a colaboração com outros núcleos de integração, num quadro de crescente competição econômico-tecnológica no Norte, têm levado a crescentes divergências com os EUA. Não se trata apenas da constante ampliação das relações intracomerciais no Mercosul, mas também de outros elementos. Essa integração tem se expandido geograficamente, tem se aprofundado e cumprido, geralmente, com o cronograma estabelecido e tem se ampliado socialmente. Hoje existe também uma **integração pela base**, onde interagem novos atores sociais e políticos, como é o caso da **Rede das Mercocidades** e dos contatos cada vez mais intensos de **sociedade à sociedade**. Além disso, parece ficar cada vez mais claro que o Mercosul tem como objetivo implícito a **manutenção de uma base industrial dentro de seu território**, criando condições para que as empresas transnacionais permaneçam aqui.

Além desses sólidos avanços, os acordos do Mercosul com outras áreas, como a Europa e a Ásia Oriental, inquietam, sobremaneira, os Estados Unidos. Assim, desde fins de 1996, mas, sobretudo, após o início do segundo mandato do Presidente Clinton, Washington tem atacado o Brasil e o Mercosul por suas práticas comerciais e seu acercamento a outros processos de integração. Nesse debate áspero, o Brasil tem argumentado que o Mercosul, que almeja um mercado comum, constitui um projeto mais profundo de integração que o NAFTA, que não passa de uma área de livre-comércio, razão pela qual não poderia ser abandonado (para uma adesão país a país ao NAFTA) nem absorvido pela América do Norte. A resposta da Casa Branca tem sido renovar o poder de atração do NAFTA através da promessa de aprovação do **Fast Track**, especialmente para o Chile.

A cooperação com a UE e a Ásia, por seu turno, tem sido duramente atacada pelos Estados Unidos. Tal situação pode ser inferida do discurso do Presidente Clinton ao Senado no início de 1997, quando foi pedir a aprovação do **Fast Track**:

“Precisamos agir, expandir as exportações para a América Latina e Ásia, as duas regiões que crescem rapidamente, ou ficaremos para trás à medida que essas economias fortaleçam seus laços com outros países” (Martins, 1997, p.66).

Ou seja, a integração com os EUA significa se tornarem importadores de produtos norte-americanos. Em depoimento a uma subcomissão do Senado, a Secretária de Comércio Charlene Barchefsky declarou que

“(...) o interesse crescente que desperta o Mercosul, não só na América do Sul e no Caribe, mas também na Europa, no Japão e na China, é (por nós) percebido como uma ameaça aos interesses comerciais e à própria liderança dos Estados Unidos no hemisfério” (Estado de São Paulo, apud Martins, 1997, p.57).

Assim, seria importante lutar também pela liberalização não tarifária, abrindo o acesso ao mercado norte-americano, evitar as restrições unilaterais e encaminhar as questões delicadas para a Organização Mundial de Comércio, impedindo, simultaneamente, o uso de temas como meio ambiente e relações de trabalho nas questões de comércio. Dentro do Mercosul, faz-se necessário implantar regras comuns para disciplinar os investimentos externos, prevenindo a volatilidade dos mesmos, e criar mecanismos de coordenação para evitar uma competição entre os países latino-americanos pela atração de investimento. Se, por um lado, essas políticas são acertadas, por outro, é forçoso reconhecer que são, principalmente, reativas ao tratamento adverso conjunto que nossos países têm sofrido, e uma atitude seletiva por parte de Washington bem pode produzir a desunião entre os governos dos países do Mercosul. Nesse sentido, é indispensável a implantação de reformas sociais de caráter redistributivo de renda, criando uma economia de escala ainda maior, e a rejeição de determinados paradigmas neoliberais como forma de regulação da globalização e da III Revolução Industrial Científico-Tecnológica.

A crise do real e do Mercosul

A associação do Chile e da Bolívia ao Mercosul, as negociações em curso com outros países sul-americanos e a anunciada intenção de adesão plena do primeiro no quadro da intensificação das trocas comerciais e avanços de outros aspectos da integração, marcavam o sucesso da iniciativa. Contudo, em 1997, a crise financeira asiática repercutiu negativamente na região, fenômeno agravado com os colapsos das Bolsas de Valores da Ásia e da Rússia em 1998. Isto produziu uma fuga de capitais dos chamados “mercados emergentes”, sobretudo do Brasil (perda de 50% das reservas cambiais), que, no início de 1999, teve de proceder a uma forte desvalorização do Real, que atingiu a cotação de dois por um em relação ao dólar. O encarecimento das importações brasileiras atingiu duramente a Argentina, que possuía um *superavit* em relação ao Brasil. Era

o início da chamada crise do Mercosul, que alguns identificavam como o fim da integração regional.

Mais do que uma crise da integração em si mesma, tratava-se da erosão de um modelo econômico e, especialmente, do contexto internacional em que este se baseava. A conjuntura da economia mundial no final dos anos 90 é particularmente distinta daquela do início da década. A instabilidade financeira global, a lentidão do crescimento econômico ou, mesmo, a recessão na região, a queda dos indicadores sociais e o aumento do desemprego alteraram igualmente a situação política interna, produzindo a erosão da legitimidade dos governos dos países do Mercosul. Contudo a situação foi exagerada pela parte argentina, devido às eleições presidenciais naquele país. Eleito o candidato da oposição à Presidência, De la Rúa, o tom foi de conciliação e de retomada da integração, o mesmo ocorrendo em relação ao Uruguai, com a vitória do colorado Batlle. Além disso, em virtude da persistente recessão na Argentina, embora as exportações do país ao Brasil tenham caído, as importações desde o Brasil não cresceram significativamente.

Assim, a retomada do crescimento na região é uma condição indispensável para a continuidade do processo de integração, e já existe consciência disto por parte dos governos. Por outro lado, com o perigo que o Mercosul virtualmente passou a correr, uma série de atores, que, normalmente, pouco se mobilizavam ou, mesmo, criticavam a integração, tomaram consciência do prejuízo que sofreriam com sua possível desapareição e, subitamente, “descobriram” as virtudes do processo. De fato, como reconheceram diversos empresários, o abandono do Mercosul traria uma perda de confiança dos investidores internacionais e uma desmoralização que prejudicaria cada país da região individualmente.

Num quadro de acirramento dos problemas ligados à globalização, o Mercosul tem sido, cada vez mais, percebido como um bom instrumento para articular-se uma nova modalidade de inserção internacional dos países sul-americanos. Apesar das incertezas que persistem, poucos atores ainda questionam o caráter indispensável do processo. Assim, ao mesmo tempo em que se rediscutem os mecanismos decisórios e as instituições necessárias para um adequado funcionamento do Mercosul, questões como o aprofundamento e a ampliação do mesmo tornam-se estratégicas. Por último, é necessário responder aos desafios da proposta de integração hemisférica representada pela ALCA e do impacto que teria sobre o Mercosul.

No tocante ao primeiro aspecto, seria incorreto acusar as instituições e os mecanismos decisórios do Mercosul como responsáveis pela ausência de uma solução rápida para a crise atual. A aparente limitação das mesmas foi o que permitiu um rápido avanço da integração regional. O que não quer dizer que tal

dimensão não deva ser repensada, com a criação de instituições permanentes e supranacionais. Mas, para isto, o comprometimento brasileiro deve crescer, e as desconfianças argentinas devem diminuir. De qualquer forma, o desfecho de tais desafios dependerá, essencialmente, de certas alterações nas políticas econômicas dos países da região, uma vez que não haverá salvação individual. A ascensão de novos governos na Argentina, Uruguai e Chile bem como a relativa alteração na correlação de forças dentro do governo brasileiro (com a precoce preparação para a luta sucessória) deveriam gerar um novo clima favorável para tanto. Particularmente os problemas sociais e a retomada do crescimento econômico de forma sustentada serão o foco central, sob pena de conhecermos graves crises de governabilidade.

Quanto à ampliação, é necessário considerar que a região platina representa uma área madura, de crescimentos econômico e demográfico moderados e que a região andina, especialmente a parte setentrional (Colômbia e Venezuela), representa áreas dinâmicas com grandes perspectivas de crescimento, apesar das crises que afetam tais países no momento. O acercamento, seja como associação, seja como adesão, dos países andinos, concretizar-se-ia por caminhos transversos a ALCSA, criando um círculo concêntrico em torno do núcleo duro original. Por outro lado, a cooperação com a África austral, enunciada pela iniciativa da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul e reforçada pela manifestação do então Presidente Mandela na reunião do Mercosul em Ushuaia, constituiria um segundo círculo concêntrico. Assim, seria forjada uma área com considerável capacidade produtiva, tecnológica, rica em recursos naturais e um mercado atrativo para as atividades regionais e para os interesses de outras regiões.

A realização de tais objetivos contribuiria para forjar um pólo de poder capaz de participar da constelação que se esboça para conformar o sistema internacional no início do próximo século. Mas, para tanto, seria indispensável manter relações diversificadas com os outros pólos de poder mundial, como os EUA/NAFTA, União Européia e a Ásia Oriental. Neste ponto, há uma questão que necessita ser encarada com realismo: a proposta da ALCA. Seria um suicídio diluir o Mercosul numa integração hemisférica liderada pela maior potência do planeta, mas não é possível ignorar sua articulação. Com o Mercosul fortalecido e negociando em bloco, poderia ser buscada certa forma de integração hemisférica que, inclusive, potencializasse sua inserção mundial. Para tanto, é fundamental abandonar a postura meramente reativa e de barganha, dando a esse conjunto de relações multilaterais simultâneas um conteúdo estratégico. Assim, na virada do século, o Mercosul enfrenta um conjunto de desafios que, corretamente encaminhados, poderiam reforçá-lo, explorando-se as novas realidades potenciais do cenário internacional.

A chamada crise do Mercosul é uma decorrência da fuga de capitais que atingiu o Brasil, bem como da conseqüente desvalorização cambial, do desequilíbrio acentuado das transações correntes, associado à dificuldade de expandir exportações para fora do bloco, da tensão resultante do deslocamento de setores empresariais e de trabalhadores numa fase de recessão e da perda (ou renúncia) da capacidade de coordenação econômica dos Estados e dos governos. Segundo o Embaixador Samuel Guimarães, Diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais do Ministério das Relações Exteriores, um programa emergencial para superar a crise poderia ser obtido com os seguintes instrumentos: (a) “(...) políticas conjuntas de expansão de exportações e de controle de importações de terceiros países com vistas à geração de superávits comerciais; (b) programa conjunto de identificação e remoção de barreiras às exportações do Mercosul”; (c) criar um regime especial para produtos problemáticos como o açúcar; (d) criar um fundo de reestruturação industrial e um fundo de desenvolvimento tecnológico com recursos da Tarifa Externa Comum; (e) “(...) ampliar os prazos de compensação do convênio de crédito recíproco, tornando dispensável o uso de moeda forte nas transações bilaterais e liberando divisas para as transações com outras áreas” (Guimarães, 1999a, p.25). Com esse programa mínimo, a integração teria uma nova arrancada, resgatando-se certos objetivos estratégicos da cooperação Brasil-Argentina dos anos 80.

A Cúpula de Brasília e a integração sul-americana

Face a esse conjunto de desafios que se avolumavam, a diplomacia brasileira respondeu fazendo avançar o processo de integração sul-americana, convocando a Cúpula de Brasília. Tal iniciativa, contudo, coincidia com o início da recessão e da sucessão presidencial dos Estados Unidos. Assim, Washington lançou, desde o início do segundo semestre de 2000, um conjunto de ações destinadas a bloquear os avanços brasileiros e a acelerar as negociações e a implantação da ALCA.

O lançamento do Plano Colômbia, de ajuda no combate ao narcotráfico, oficializado pela Casa Branca em 31 de agosto de 2000, e a realização simultânea da Cúpula de Brasília, reunindo os dirigentes sul-americanos, explicitaram duas tendências opostas (mas associadas) que vêm se desenvolvendo na América do Sul. Tratam-se de duas respostas distintas ao fim da estabilidade político-econômica estabelecida no início da década. Esta teria afirmado a primazia da

economia de mercado, aberta no plano internacional como parte da globalização, e o estabelecimento de políticas neoliberais privatistas e desregulamentadoras no plano interno. Paralelamente, afirmou-se a democracia liberal, com o fim dos regimes autoritários e o refluxo da esquerda.

A nova situação, ao contrário do que se afirmava oficialmente, gerou graves problemas sociais, que, mais cedo ou mais tarde, viriam a afetar os âmbitos político e econômico. Esse problema, longamente camuflado pela estabilidade financeira, revelou-se com força quando das sucessivas quedas das Bolsas de Valores a partir de 1997, fenômeno que atingiu o ápice com a fuga de capitais especulativos e a desvalorização do real no início de 1999. Ao longo desse período, ocorreram diversas crises políticas, como as do Paraguai, do Equador, da Venezuela e, mais recentemente, do Peru, para não falar de explosões sociais localizadas em quase todos os países da região.

Nesse contexto, os EUA lançaram o Plano Colômbia. Os problemas colombianos, como as guerrilhas de esquerda, o narcotráfico e os esquadrões da morte de extrema direita, não são novos, nem sofreram uma intensificação que justificasse tal política. Uma intervenção militar direta e demorada na região, ou mesmo um apoio mais íntimo e explícito às forças de segurança colombianas teriam um custo político inaceitável para a Casa Branca. Além disso, uma militarização americana discreta, seletiva e especializada já existe nos Andes, independentemente do Plano Colômbia. Então, qual o sentido dessa iniciativa?

Além da demonstração de força no combate ao narcotráfico (e, implicitamente, às guerrilhas de esquerda, que controlam um terço do país) e em apoio ao governo aliado do Presidente Pastrana, Washington procurava demonstrar aos países da região que está atento à evolução dos acontecimentos, para apoiar os aliados e coibir os “desviantes”. Nesse caso, ao lado da Colômbia está a Venezuela, onde o Presidente Chávez não apenas desmantelou pacificamente o modelo político vigente, que é o mesmo em toda a América Latina, como ainda esboça um novo regime interno e um comportamento diplomático autônomo (resgatando o nacionalismo e o terceiro-mundismo).

Já o Panamá conhece uma onda nacionalista, enquanto o Equador vive uma crise de governabilidade (derrubada do Presidente) em meio à forte mobilização social, enquanto este último fenômeno também está presente na Bolívia. No Peru, por sua vez, Fujimori logrou eleger-se para um terceiro mandato, contra a vontade dos EUA, e esboçou uma nova política internacional, com o objetivo de romper o isolamento que lhe fora imposto e de consolidar seu governo. Mas a resistência do novo governo foi dobrada em pouco tempo, com o corte dos investimentos americanos e japoneses, bem como pela denúncia internacional da corrupção empregada para obter o terceiro mandato.

Quanto ao Paraguai, há dois anos vive uma permanente crise política, e o Chile e a Argentina, com governos iniciados há pouco tempo, mostram claros sinais de esgotamento da estabilidade político-econômica dos anos precedentes, dois países que, ainda recentemente, eram apontados como “modelos” aos demais. Finalmente, o Brasil apresenta-se para os Estados Unidos como um duplo problema: por um lado, o Governo encontra-se desgastado, e a oposição cresce; por outro, em decorrência dessa situação e da crise do real, o próprio Governo tem esboçado uma certa alteração de rumos no plano internacional.

A decisão brasileira de convocar a Reunião de Cúpula Sul-Americana de Brasília, que propôs o estabelecimento da Área de Livre-Comércio da América do Sul justamente quando se questionava a própria sobrevivência do Mercosul, pareceu surpreender alguns analistas. Contudo trata-se de um processo racionalmente explicável, à luz da crise brasileira e das crescentes dificuldades internacionais e regionais. Daí a retomada de um discurso diplomático autonomista (ainda que não confrontacionista) por parte do Brasil, que critica a “globalização assimétrica”.

A preocupação de grande parte do empresariado brasileiro, devido à prolongada recessão e aos riscos que uma possível adesão à ALCA comporta, fez com que o Governo buscasse alternativas internacionais. Paradoxalmente, a resposta à crise do Mercosul centrou-se na ampliação da integração para toda a América do Sul. Assim, a criação de uma Área de Livre-Comércio Sul-Americana proposta pelo Brasil em 1993 acaba se concretizando por vias transversas, com a decisão da Cúpula de Brasília de iniciar, em outubro, tratativas para o estabelecimento de uma Zona de Livre-Comércio entre o Mercosul e a Comunidade Andina.

Além de as dificuldades econômico-financeiras atuais se combinarem com as crescentes articulações americanas para a criação da ALCA (facilitada pela crise do Mercosul), a pressão americana contra a reeleição de Fujimori (e a forma como seu regime entrou em colapso) e o Plano Colômbia são percebidos como uma forma de ingerência em assuntos internos de países sul-americanos. Uma militarização ainda maior dos conflitos internos colombianos, produzindo refugiados e outros prolemas, é algo que preocupa os países da região. Assim, ao lado de necessidades econômicas, a nova proposta possui uma dimensão política. E o Brasil, nesse contexto, encontra espaço para exercer uma certa liderança regional, em concertação com os vizinhos, talvez reforçando sua virtual candidatura a um Conselho de Segurança da ONU reformado.

Mas o que poderia impedir que isto, como em outras oportunidades, terminasse sem resultados palpáveis? Como se sabe, as possibilidades e o desejo de resistência do Governo brasileiro são limitados (para não falar de outros,

como o argentino), devido à sua forte integração dentro do modelo vigente. Mas há fatores que escapam ao controle. A história econômica brasileira demonstra que, quando houve crises agudas no setor externo, impedindo a obtenção de moedas conversíveis, o país se viu na contingência de alterar seu modelo econômico, sua forma de inserção internacional e, às vezes, o próprio sistema político. Se os impasses atuais atingiram tal ponto, ou não, é algo que o futuro vai demonstrar.

A ALCA e o futuro do Mercosul

No segundo semestre de 2000, em meio à crise do Mercosul, a economia americana começou a apresentar sinais de desaquecimento, enquanto o Brasil avançava na iniciativa de integração sul-americana. Com a derrota eleitoral, os democratas americanos procuraram criar fatos novos, comprometendo a agenda do Presidente Bush com a aceleração das negociações da ALCA. Segundo o Economista Marcelo de Paiva Abreu,

“(...) a integração hemisférica é de fato uma extensão do NAFTA. O novo papel do regionalismo para os EUA é uma manifestação da chamada política do ‘pé-de-cabra’, do *crowbar*. A expressão foi utilizada por Carla Hills (negociadora americana) neste sentido: arrombar mercados onde eles estão fechados” (Martins, 1997, p.47).

Entre as ações americanas destinadas a implementar sua estratégia estava a cooptação do Chile, através da renovação da velha promessa de ingresso no NAFTA. Como país frágil, pouco expressivo economicamente e incapaz de articular um projeto nacional, o Chile aposta nessa via. Já a Argentina, mergulhada em profunda crise econômico-financeira, também está tentada a ceder nas negociações sobre a ALCA, em troca de favores bilaterais na sua relação econômica com os EUA. Dessa forma, o cenário externo passou a ser desfavorável ao Brasil.

Uma virtual concretização da ALCA implicaria o fim do Mercosul, uma vez que anularia as vantagens que a TEC assegura às empresas dos países-membros. Como a integração platina se dá unicamente entre países em desenvolvimento, com limitada competitividade, sua dissolução num bloco que incluísse o Canadá e os EUA resultaria no colapso de cadeias produtivas, ao conceder a empresas de maior competitividade do Norte as mesmas vantagens das locais. Além disso, o desaparecimento da TEC anularia um dos fatores de atração de investimentos, que é “saltar” barreiras regionais, instalando indústrias dentro de

países relativamente protegidos. Além disso, para economias como a gaúcha, as exportações agropecuárias americanas representariam uma ameaça concreta (especialmente soja, arroz, agroindústria, pecuária e avicultura).

Muito do resultado dessa disputa dependerá da diplomacia brasileira. Diversos analistas argumentam que, caso o Brasil rompesse com as negociações da ALCA, ficaria isolado. Isto não é correto, na medida em que os países latino-americanos não são competidores do Brasil, tanto nos mercados latino como norte-americanos. Muitos desses países, inclusive, já gozam de privilégios comerciais nos EUA.

“Quanto aos países da América do Sul [como lembra o Embaixador Samuel Guimarães,] a menor diversificação industrial e a dimensão de suas economias também tornam muito limitada sua capacidade de competir com o Brasil no mercado americano (e hemisférico), e sua pauta de exportações para os EUA é distinta da brasileira, concentrando-se em produtos primários que não exportamos, sendo suficiente lembrar os casos do cobre chileno, do petróleo da Venezuela e do Equador, dos minérios peruanos e bolivianos, etc. O caso da Argentina é mais interessante, pois produz e exporta justamente produtos de que os Estados Unidos são grandes exportadores, tais como cereais e carnes, enquanto seu principal mercado é a União Européia. É difícil perceber que ganhos comerciais e mesmo de investimentos poderia auferir a Argentina com seu ingresso no NAFTA ou em uma eventual ALCA.” (Entrevista a www.global21, em 29.12.2000).

Assim, pelo exposto acima, percebe-se que o Mercosul, com todas as suas limitações, constitui uma iniciativa não apenas comercial, mas estratégica, que se choca com os interesses norte-americanos. Dentro da ALCA (que também não é uma iniciativa apenas comercial), perderíamos a capacidade legal de utilizarmos mecanismos de política industrial, tecnológica e comercial para acelerar o desenvolvimento. Já no âmbito do Mercosul, isto é possível, desde que os dirigentes nacionais se libertem de suas atuais amarras ideológicas. Quanto ao Brasil, precisa evitar as armadilhas produzidas pelo desespero da Argentina (que depende do mercado brasileiro) e mobilizar os setores sociais e empresariais nacionais contra os riscos contidos na ALCA, despertando-os de sua letargia frente a este tema crucial, que é a integração regional. Dez anos depois, pode-se perceber que o Mercosul foi uma iniciativa acertada do ponto de vista estratégico e que, através dele, citando o Fórum Social Mundial, “uma outra integração é possível”.

Bibliografia

- ALBUQUERQUE, José Guilhon, org. (1998). **ALCA: relações internacionais e sua construção jurídica**. São Paulo : FTD. 3v.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de (1993). **O Mercosul no contexto regional e internacional**. São Paulo : Aduaneiras.
- CAMARGO, Sônia de, VASQUEZ, Ocampo, José (1988). **Autoritarismo e democracia na Argentina e Brasil: uma década de política exterior (1973-1984)**. São Paulo : Convívio.
- CERVO, Amado Luis, org. (1994). **O desafio internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias**. Brasília : UnB.
- ESPAÑA, Iñigo de Palácio, VIZENTINI, Paulo, orgs (1996). **Seminário União Européia-Mercosul: acordo marco inter-regional de cooperação**. Porto Alegre : Presidência Espanhola da União Européia.
- FLORÊNCIO, Sérgio Abreu e Lima, ARAÚJO, Ernesto (1996). **Mercosul hoje**. Brasília; São Paulo : FUNAG; Alfa -Ômega.
- FONSECA Junior, Gelson, CASTRO, Sérgio Nabuco de, orgs (1994). **Temas de política externa brasileira II**. São Paulo : Paz e Terra. 2v.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro, org. (1999a). **ALCA e Mercosul: riscos e oportunidades para o Brasil**. Brasília : IPRI/ FUNAG/ MRE.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro, org. (1999b). **Quinhentos anos de periferia**. Porto Alegre; Rio de Janeiro : UFRGS; Contraponto.
- LAREDO, Iris M., comp. (1996-2000). **Estado, mercado y sociedad en el Mercosur**. Rosario : Universidad Nacional de Rosario. 6v.
- MARTINS, Luciano, et al. (1997). **ALCA: uma pauta para discussão. Política Externa**, São Paulo : Paz e Terra, v.5, n.4.
- MEDEIROS, Marcelo de Almeida (1995). **Relações Exteriores do Mercosul: uma abordagem brasileira. Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília : IBRI, v.38, n.2.

- PARADISO, José, et al. (2000). **Política externa na América do Sul**. São Paulo : Fundação Konrad Adenauer.
- PLÁ, Juan Algorta, coord. (1994). O Mercosul e a Comunidade Européia: uma abordagem comparativa. Porto Alegre : Ed. da Universidade/UFRGS, Instituto Goethe/ICBA.
- RAPOPORT, Mario, MUSACCHIO, Andrés, coords. (1993). **La Comunidad europea y el Mercosur**: una evaluación comparada. Buenos Aires : Fundación Konrad Adenauer/FIHES.
- RIZZO Romano, Alfredo, MELO, Artemio Luis, comp. (1993). **Las relaciones Argentina-Estados Unidos (1983-1993)**. Rosário : Homo Sapiens.
- VIZENTINI, Paulo (1998). **A política externa do regime militar brasileiro**: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985). Porto Alegre : Ed. da Universidade/UFRGS.